

*Epistemologia e Gramática Filosófica*¹

João Carlos Salles

UFBA/CNPq

Para meu irmão, Daniel, que, eu sei, possui um Ford.

Man wird oft von einem Wort behext. Z. B. vom Wort "wissen".
Wittgenstein, *Über Gewissheit*, § 435.

1. A filosofia costuma ser louvada por suas ideias e ironizada por suas técnicas. Parecem preciosos os gestos largos, o apreço aos princípios, mas de pouca valia o trabalho minudente, sendo depreciadas as técnicas por que logramos alcançar alguma posição elevada. Não sendo a elevação sempre evidente ou garantida, o recurso a expedientes especiosos pode fazer as vezes de profundidade. Por isso, não sendo óbvia ao não iniciado a diferença entre a firula e o drible, a filosofia facilmente se prestaria à galhofa, sobretudo quando se volta aos detalhes, aparentemente insignificantes, ou seja, sobretudo quando se encontra em seu elemento.

E isso desde os primórdios. Em um fragmento do comediógrafo Epícrates, alegres jovens atenienses, supervisionados por Platão, aparecem nos ginásios da Academia, debruçados sobre distinções as mais finas, ocupados em classificar em gênero a abóbora, se arbusto, gramínea ou legume — com o que, vingando-se, o público debochava do trabalho da divisão dialética, tão bem exemplificado n’*O Sofista*, por meio do qual se procurava estabelecer quais ideias se comunicam entre si e quais se excluem, bem como compreender o princípio em virtude do qual se comunicariam, isto é, o próprio “ser” e, logo, as regras próprias das ligações de predicação possíveis, os princípios mesmos da identidade e da diferença.²

1 Texto proferido como aula inaugural no Programa de Filosofia da UFBA em 2017.

2 Cf. BERTI, Enrico, *O perfil de Aristóteles*, São Paulo, Paulus, 2012, capítulo II.

Na superfície, o público leria o profundo como anedótico ou inútil, sem que, por contraposição, devamos sempre supor profundo o que nesse trabalho pode haver de ocioso, repetitivo e deveras chato. A filosofia, com sua especial atenção à linguagem, tende a padecer incompreensão semelhante à sofrida pela linguística de feição antropológica, que, ao procurar ver a “diversidade de usos de que se reveste cada lugar, diversidade movida por razões históricas, sociais e até políticas”, tem retido de seu trabalho o arco de nomeações por que nos envolve “a névoa, ou neblina, ou librina, ou neve, ou nevoeiro, ou nuveiro, ou quantos outros nomes que a lexicologia regional queira dar a esse fenômeno atmosférico”. Ora, mais que meramente fazer registros, a linguística desfia os mistérios por que a língua, diferenciando-se em seus usos, articula em um sistema comum um conjunto de variedades de manifestação, de modo que nada tem de trivial o que “dá ao falante o direito de (...) escolher se compra uma galinha d’angola, uma pintada, uma cocar, uma guiné, uma tô fraco, uma capote, uma angolista, uma picote”; ou o que, decalcando preconceitos da realidade dura da prostituição, “dá-lhe a possibilidade de utilizar dama, mulher dama, varredeira, varre-rua, mulher da vida, mulher de vida livre, mulher de vida fácil, rameira, prima e muitas outras denominações”.³

O trabalho do filósofo, então, não sendo a repetição ou a aplicação de meras técnicas, por sofisticadas que o sejam, tende a articular recursos, conformar vocabulários, selecionar ou recusar temas, o que se manifesta em um modo argumentado de fazer escolhas e superar dificuldades. Ou seja, o trabalho do filósofo tende a constituir-se como obra. Em sendo assim, traça caminhos, configura-se em métodos, desenha um estilo por que se entrelaçam temas reiterados e procedimentos recorrentes. Lembrando Ubirajara Rebouças, poderíamos dizer de forma ainda mais radical: a obra é filosófica se comporta uma *démarche*.

Não se deve supor, por conta disso, que precisem ou mesmo devam constituir sistemas. Apenas não devem resultar, sistemáticas ou não, da aplicação ociosa de um *patois* a qualquer tema (como quando adoecíamos aqui e alhures de hegelianismo), e sim constituir critérios para discernir o profundo do especioso, para a preservação ou mudança de posições, para a decantação do duradouro sobre o passageiro e inclusive para a colaboração empreendida pelos pro-

fissionais da filosofia, uma vez que, como bem o afirma Oswaldo Porchat, “a filosofia não é um empreendimento privado”.⁴

2. Estimulado, confesso, pelo lançamento neste ano do livro *Epistemology*, de Ernest Sosa,⁵ com o qual vemos perfazer-se um labor de mais de cinco décadas, pretendo tecer algumas considerações sobre o estatuto do trabalho de Sosa enquanto exemplo de uma obra filosófica relevante, instigante e duradoura. Para tanto, porém, pelo caminho inverso, a atenção se concentra agora no começo dessa jornada, que culmina, como sabemos, em uma singularíssima versão da epistemologia das virtudes, tão bem representada por esse seu livro mais recente. Talvez também o tema tenha brotado desta ocasião, que muito me honra, de proferir uma aula inaugural em um programa voltado à formação de profissionais de filosofia, com elevado padrão de qualidade. A atenção se volta assim a um momento de formação, à tese de doutorado do jovem Ernest Sosa (*Directives: A logico-philosophical inquiry*)⁶ e, sobretudo, ao texto “The analysis of ‘knowledge that p’”,⁷ o primeiro que publica, em 1964, com 24 anos, no mesmo ano de conclusão da tese.

Esse nosso recontar da história da obra, mesmo se limitado agora a seu primeiro momento, não deixa de estar orientado por seus resultados futuros e expressa nosso juízo acerca do estatuto a ser atribuído a esse *corpus* teórico e, é claro, acerca da importância de nos darmos ao trabalho de recuperar-lhe a trama interna. Nesse sentido, dado esse juízo, operamos inclusive para recompor pistas naturalmente apagadas pelo próprio autor, pelo simples e natural movimento de sua produção.

Quanto à nossa avaliação de conjunto, julgamos sobressair-se a contribuição de Sosa entre os contemporâneos analíticos por alguns traços. Primeiro, dominando como um virtuose a técnica (um fino adestramento em lógica e na análise clássica), seus interesses e percurso são

4 PEREIRA, Oswaldo Porchat, *Rumo ao Ceticismo*, São Paulo, Editora Unesp, 2007, p. 220.

5 SOSA, Ernest, *Epistemology*, Princeton, Princeton University Press, 2017.

6 SOSA, Ernest, *Directives: A logico-philosophical inquiry*, University of Pittsburgh, mimeo, 1964, 111 páginas.

7 SOSA, Ernest, “The Analysis of ‘Knowledge That P’”, *Analysis* 25: 1964, p. 1-8. O texto recolhido, mas com supressões importantes, in *Knowledge in Perspective*, Cambridge University Press, 1991, p. 15-18.

ampos, envolvendo sobretudo a epistemologia, mas tomando esta em diálogo com a metafísica e a lógica, a filosofia da linguagem e a ética, de modo que, ultrapassando fronteiras, resiste muito bem à pressão típica da mera especialização. Segundo, distinguindo-se em especial nisso, confere uma atenção sincera e também ampla aos clássicos da história da filosofia, mesmo se avesso à mera disciplina do comentário e de sempre manter uma distância regulamentar de linhagens fenomenológicas ou desconstrucionistas. Terceiro, apresenta uma evolução interna salutar, que é um antídoto contra toda espécie de dogmatismo e um desafio exegetico, não estando dadas suas respostas antes mesmo de a eventual pergunta ser formulada. Enfim, ser capaz de apreciar (e mesmo ao preferir) a maestria de análise a mais cerrada não o impede de ver a importância de lançar um olhar a como as coisas se põem em conjunto. É gracioso, em sendo compreendido, até mesmo em sua reiteração. Trata-se, pois, de um clássico em atividade, ou melhor, em plena atividade: alguém capaz de disputar no detalhe a interpretação de sua própria obra.

Como se trata de uma obra extensa, com múltiplos temas interconectados, precisamos concentrar-nos hoje em um ponto específico e bastante limitado. Escolhemos, assim, como tema o exercício da análise, aplicada então, em 1964, a dois casos: à noção de ‘obediência’ e, principalmente, à noção de ‘conhecimento’ — que, aliás, através do problema de Gettier, fez enrolar o juízo de muitos no xale da epistemologia.⁸ Desse modo, tendo em conta sua primeira versão da análise do conhecimento, pretendemos mostrar como a mais central noção da epistemologia deve beneficiar-se de exigências próprias de uma gramática filosófica e como, enfim, esse exercício mesmo de análise nos faz reconhecer marcas profundas de um estilo, que, ao fim e ao cabo, confere unidade à sua obra.

3. Uma lição cartesiana levada ao extremo nos lembraria não haver sentido em separar verdade de evidência. Em sendo assim, uma crença não seria autenticamente verdadeira, caso não esteja também justificada. Estaríamos assim apartados da verdade, sem um método para ela, sem um caminho compartilhável por uma demonstração. Passagens mais suaves admitem uma *convicção* que todavia não seria *conhecimento*, afinal:

8 “What first gripped me in epistemology was this Gettier problem, then freshly published (...). The Gettier problem began to fill a gap in my schooling, which had included no course in epistemology.” Sosa, Ernest, *Knowledge in Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991, p. xi.

Distingo os dois — escreve Descartes — como se segue: há convicção quando subsiste alguma razão que pode nos levar a duvidar, mas conhecimento é convicção fundada em razão tão forte que nunca seria abalada por alguma razão ainda mais forte.⁹

De todo modo, a forma radical de ligação entre verdade e evidência, se tem completo sentido no interior de algum sistema filosófico, desconsidera aplicações correntes da atribuição de verdade, como se esta fora determinada por um olhar divino, capaz de reconhecer e descartar as respostas “certas” em uma prova de múltipla escolha que acaso tivessem resultado de meros “chutes” do aluno. Fosse chamado o aluno a depor perante olhar tão severo, deveria descartar o que acaso tivesse acertado por “chute”, ou talvez até tais respostas lhe retirassem pontos, ao denunciarem um duplo compromisso com a falsidade, pela falta de razões e pela disposição para mentir e simular um conhecimento que, de fato, não possuiria.

A formulação do problema exige talvez uma utilização mais flexível do vocabulário relativo a crença, verdade e conhecimento, uma bem mais consentânea com nossos usos ordinários. Em um capítulo intitulado “Fact, Belief, Truth, and Knowledge”, no qual procura apresentar definições desses termos, Bertrand Russell censura a identificação entre conhecimento e crença verdadeira, da qual o conhecimento seria, de fato, uma subclasse. Os exemplos subsequentes a tal consideração, formulados em 1948, são tidos por alguns como uma ocorrência precursora do problema formulado por Edmund Gettier em 1963:¹⁰

Há um homem que olha para um relógio parado, embora pense estar funcionando, e olha no momento em que o relógio indica a hora certa; esse homem forma uma crença verdadeira sobre as horas, mas não se pode dizer que tenha conhecimento. Há um homem que crê, verdadeiramente, que o último do Primeiro Ministro em 1906 começava com a letra B, mas que acredita nisso por pensar que o Primeiro Ministro era Balfour, quando de fato era Campbell-Bannerman.¹¹

9 DESCARTES, “Letter to Regius”, 1640, in *Oeuvres de Descartes*, Adam, Charles, and Paul Tannery, (eds.) 1904, vol. 3, p. 65, *apud* NEWMAN, Lex, “Descartes’ Epistemology”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2016 Edition), Edward N. Zalta (ed.).

10 GETTIER, Edmund L., “Is Justified True Belief Knowledge?”, in *Analysis*, Vol. 23, No. 6 (Jun., 1963), p. 121-123.

11 RUSSELL, Bertrand, *Human Knowledge: Its Scope and Limits*, London, Routledge, 2009, p. 140. Falta,

Os exemplos de Russell não comportam aquele elemento de uma justificação fracassada que exatamente fará a fortuna da literatura epistemológica relativa à análise do conhecimento, ou seja, os traços característicos dos exemplos de Gettier que inauguram um verdadeiro programa de investigação:

Os traços essenciais de tais exemplos são os seguintes: (a) há um sujeito S que acredita em uma falsidade, f , para ele evidente; (b) dado o contexto mais amplo, o ser evidente para S o que é a falsidade f “é essencial” para lhe ser evidente uma certa verdade v ; e (c) v é evidente para S. Então, por causa do fato de que a evidência da falsidade f “é essencial” para a evidência da verdade v , a crença de S em v não pode ser um caso de conhecimento.¹²

Não obstante a diferença, os exemplos de Russell podem ser retrabalhados para se assemelharem a diversos outros inventados na literatura recente e, com uns poucos complementos, nós bem os chamaríamos gettierescos. Imaginemos alguém a visitar uma casa com 26 relógios de parede espalhados pelos cômodos, todos funcionando bem e sincronizados, à exceção de um que, por ser o mais barulhento, foi deixado parado. Por acaso e no momento “certo”, foi para esse relógio que olhou nosso visitante ao conferir as horas. Teria ele assim formado uma crença, estando justificado em julgá-la verdadeira. Entretanto, nós sabemos, do interior da engrenagem, desde um ponto de vista privilegiado, que sua crença verdadeira justificada não seria conhecimento.¹³

porém, à formulação de Russell exatamente a ênfase (mesmo que possa vir a ser acrescentada) no aspecto da justificação e de suas condições — aspecto que dá singularidade ao problema de Gettier e o transforma, este sim, no grande programa de investigação lógico-epistemológica das últimas décadas, à semelhança de como o problema de Molyneux, também formulado de maneira a mais sintética e enfim divulgado por Locke em 1694, constituiu-se no grande programa de investigação do século XVIII.

12 SOSA, Ernest, “Propositional Knowledge”, in *Philosophical Studies*, Vol. XX, N. 3, 1969, p. 37.

13 Esse mesmo exemplo pode ser retrabalhado, ao contrário, para se tornar-se semelhante ao da fachada falsa do estábulo, formulado depois por Alvin Goldman. Bastar-nos-ia pensar que vinte e cinco relógios estão parados e apenas um está funcionando, exatamente o que nossa visita mirou para verificar as horas. Também o segundo exemplo de Russell guarda imensa semelhança lógica com o Caso 1 de Gettier, quando um aspecto accidental de identidade se torna a base para uma predicação. De um ponto de vista lógico, a identificação “o indivíduo que tem 10 moedas no bolso” parece ser de natureza semelhante à identificação “o indivíduo cujo sobrenome começa com a letra B”. Para os que pensam ser a nomeação mais essencial, lembremos ser possível a mudança de nome, mesmo sendo mais fácil simplesmente ter mais ou menos moedas no bolso.

Para Russell, não teríamos clareza disso que dizemos ser ‘conhecimento’, assim como fracassaríamos em definir o que, em todos os casos, queremos dizer por ‘calvície’, e seriam muitos os exemplos nos quais crença verdadeira e conhecimento não se recobrem. Entretanto, semelhanças à parte, notemos logo o que em filosofia sempre importa mais, a saber, as diferenças. Afinal, Russell empreende seu trabalho de definição não parecendo disposto a superar essa vagueza constitutiva.¹⁴ E seu painel amplo e um tanto desconexo sobre o conhecimento, descrevendo todas as suas dimensões e ocorrências, como se ampliasse mais e mais o escopo da descrição e tornasse mais frouxo o estabelecimento normativo de limites, está longe de uma análise como a proposta por Gettier, no sentido mais forte de esta procurar proporcionar as condições individualmente necessárias e conjuntamente suficientes para o emprego de um termo. Com efeito, uma provocação de gramática filosófica sempre solicita a elaboração de exemplos e contraexemplos, mas o exercício gramatical de estender a analogia para além do suportável não é equivalente à mera enumeração de casos. Em uma investigação gramatical, bem como em uma clássica análise filosófica, o aspecto normativo se sobrepõe, mesmo no detalhe, ao aspecto descritivo.

4. O texto de Gettier tem a candura de uma mensagem explosiva, que expressa, como se fora simples e óbvio, o que, todavia, nada perde em complexidade. Não por acaso, suas três páginas geram um verdadeiro programa de investigação, multiplicado agora em centenas de *papers* e diversos livros, como se exigisse de cada pesquisador uma resposta a seu desafio enigmático. Mesmo o eventual detrator do problema, alguém cuja tradição filosófica (ou cujo insuficiente fôlego filosófico) considere secundárias, miúdas ou insignificantes tais questões epistemológicas, concederá aplicar-se com vantagem a esse programa de investigação o dito do poeta Odysseas Elytis: “Você aprenderá muitíssimo se estudar o Insignificante em profundidade”. Senão, vejamos.

14 “A questão ‘o que entendemos por ‘conhecimento’?’ não é uma para a qual haveria uma resposta definida e inequívoca, mais do que para a questão ‘o que entendemos por ‘calvície’?’” RUSSELL, Bertrand, *Human Knowledge: Its Scope and Limits*, p. 142.

O texto começa com um feliz golpe retórico. Localiza a definição de conhecimento como crença verdadeira justificada já na obra de Platão (logo, seria definição a mais clássica), mas a enuncia como presente nos nomes mais representativos da tradição analítica, americana ou britânica, Chisholm e Ayer (logo, seria a mais contemporânea). Com isso, a posição elaborada, em meio ao *Teeteto*, de que

quando alguém chega à opinião verdadeira sobre alguma coisa, sem explicação, a sua alma encontra-se na verdade a respeito disso, mas não a conhece,¹⁵

é aproximada de duas formulações cuja congruência é antes um efeito forçado da própria aproximação. A posição de Chisholm, que sustenta serem as seguintes as condições necessárias e suficientes para o conhecimento, começando da opinião e chegando, por meio das evidências, à verdade:

S sabe que P, se e somente se:

- (i) S aceita P,
- (ii) S tem evidência adequada para P, e
- (iii) P é verdadeira.

E a de Ayer, que parte da verdade, através da sua adesão a ela, rumo ao ter o direito de manter essa adesão:

S sabe que P, se e somente se:

- (i) P é verdadeira,
- (ii) S está seguro de que P é verdadeira, e
- (iii) S tem o direito de estar seguro de que P é verdadeira.

Se o contexto é esse, são claras as diferenças sobre o modo de formação do conhecimento, ainda que não importem para o programa de investigação. Bastante diversas, as formulações se mostram enfim congruentes e semelhantes por Gettier ter sido capaz de enfatizar um padrão

¹⁵ PLATÃO, *Teeteto*, Lisboa, Gulbenkian, 2005, em verdade em 202c, e não em 201, como sugere erroneamente Gettier.

de comparação, em sua (re)formulação sintética, clara e doravante canônica da definição clássica (e insuficiente) de conhecimento como crença verdadeira justificada, na qual, não sem seu preço, a noção de “crença” substitui as noções de “aceitar” e “estar seguro”, e as noções de “ter evidência adequada” e “ter o direito de estar seguro” são substituídas por “estar justificado”.¹⁶ Em sua reformulação, parte-se da verdade de uma proposição, na qual o sujeito acredita e para cuja crença estaria ele justificado:

S sabe que P, se e somente se:

- (i) P é verdadeira,
- (ii) S acredita que P, e
- (iii) S está justificado em acreditar que P.

Com efeito, parece natural negar que tenhamos conhecimento, se não acreditarmos na proposição que o enuncia, e também se o que acreditamos não for verdadeiro, ou enfim se não tivermos um caminho para indicar as razões por que acreditamos. A definição flui entre o clássico e o óbvio, para logo sucumbir à apresentação de contraexemplos. As condições uma a uma necessárias não seriam juntas suficientes para haver conhecimento. As cláusulas poderiam ser todas satisfeitas e, apesar disso, não estaríamos inclinados em todos os casos a dizer que temos conhecimento. Com isso, o problema sugere o caminho de complementação dessas mesmas condições, abrindo-se assim um programa de pesquisa, por meio do qual se perseguiria um detalhamento ou uma redefinição da justificação (do ter evidência ou do direito de estarmos seguros) de nossas crenças verdadeiras.

São dois os casos sugeridos como contraexemplos à definição clássica, um relativo a inferências com proposições analisadas e outro com proposições não-analisadas; porém, para o propósito da eventual correção da análise, basta ter em conta, como o sugere Sosa, a objeção levantada pelo segundo caso, que envolve uma inferência feita por adição:

16 Mesmo uma leitura apressada de Chisholm e Ayer mostra que sua própria ordenação estabelece uma visão distinta da produção do conhecimento, uma começando pela verdade de P (que conduziria à sua certeza e à comprovação de razões para essa certeza), outra começando por sua aceitação, ainda a passar por demonstração até chegar à sua verdade. A diferença entre as tentativas é ainda maior se retornarmos aos contextos de que foram retiradas.

Suponhamos que S tenha boa evidência para sua crença de que p, a partir da qual ele deduz que $p \vee q$. Mas, sendo desconhecido para S, ocorre $(\sim p) \& q$. Nesse caso, são satisfeitas todas as três condições para haver conhecimento, tal como especificadas na visão examinada; não obstante, não estaríamos inclinados então a dizer que S *sabe* que $p \vee q$.¹⁷

Podemos considerar mesmo suficiente esta apresentação sumária e inicial da questão desencadeada por Gettier, sendo claro que ela serviu como um dos temas centrais da obra de Sosa, que é aqui nosso objeto, por mais de cinco décadas.

Antes, porém, uma breve observação. Gettier simplifica e, ao simplificar, também falseia, como todos sabemos. Isso não torna sua provocação menos fecunda, e talvez a simplificação tenha permitido montar com mais facilidade o programa de investigação. Em texto sobre a verdade, podemos dizer que o erro tem suas virtudes. A chave da semelhança e da falha de todas as definições estaria em Gettier ter mostrado que, em sua formulação, estar “justificado em acreditar que P” não é suficiente para que tenhamos conhecimento e não acertemos com a verdade por acaso, ou seja, a dedutibilidade não é suficiente para transferir evidência epistêmica. Desse modo, a insuficiência se estenderia às outras tentativas de definição, se suas fórmulas (como “possuir evidência adequada” ou “ter razão para ter certeza”) forem mesmo equivalentes a “estar justificado em acreditar que P”.

Vale também observar que o abalo sísmico provocado por Gettier não era previsível, não estando contido nas reflexões que sumariza — o que valoriza e ressalta a originalidade de sua contribuição. O programa proposto é, por exemplo, bastante contrário à intuição de Ayer, qual seja, a de que estaríamos em ordem com a definição de conhecimento (no caso, em nosso direito de estar seguros), não cabendo incluir na própria definição uma descrição qualquer das condições que nos propiciariam o direito de estar seguros perante uma específica proposição verdadeira. Isso seria errôneo, argumenta Ayer, exatamente como o seria “tentar incorporar nossos padrões reais de bondade à definição de bem”.¹⁸

5. A atenção de Sosa para a epistemologia, como ele mesmo declara, é despertada pelo problema de Gettier, o que ocorre durante a elaboração de sua tese, embora esta estivesse

17 SOSA, Ernest, “The analysis of ‘knowledge that p’”, p. 15.

18 AYER, A. J., *The problem of knowledge*, London Macmillan, 1956, p. 35.

voltada à possibilidade de construção de uma lógica de imperativos e resoluções. Uma lógica de comandos, enfim, que precisaria dar conta: (i) do que seria a satisfação de um comando, oferecendo uma análise semântica da noção de ‘obediência’; e (ii) do que seria construir critérios de derivação lógica que permitissem separar argumentos válidos de não-válidos, de modo que sua classificação, *comme il faut*, seja mutuamente exclusiva e conjuntamente exaustiva.

No primeiro caso, a esperança de uma resposta adequada residiria na possível analogia entre ‘obediência’ e ‘verdade’, de sorte que a obediência estaria para uma lógica de comandos como a verdade estaria para uma lógica proposicional clássica.¹⁹ No segundo caso, mesmo sendo bem sucedida a análise da noção de obediência (à qual nos ateremos), vale lembrar a dificuldade de uma qualquer lógica de comandos. Por um lado, temos a “óbvia” validade de uma estrutura como:

Apanhe os livros e as canetas.

Logo, apanhe os livros.

Mas, por outro, o fato lógico trivial de que a validade se mede por uma relação bem determinada entre valores de verdade de proposições, enquanto não parece ter sentido dizer de um comando que seja verdadeiro ou falso.

Se a tese de Sosa, *Directives*, está voltada a outro tema que não o epistemológico da análise do conhecimento, é clara a influência de Gettier também nesse trabalho, tanto no modelo de análise adotado, quanto no procedimento de elaboração de contraexemplos. A própria escolha de um uso específico de ‘obedecer’ assemelha-se a um recorte feito no uso da palavra ‘conhecer’. No caso, obedecer à ordem do sargento tem preferência sobre obedecer ao sargento, assim como, para efeito de uma investigação epistemológica, devemos preferir, a conhecer fulano ou beltrano, conhecer que algo esteja assim e assim, em suma, que tal e tal seja o caso.

Mais evidente fica o laço interno da análise de ‘obediência’ com o texto de Gettier, se tomarmos a segunda versão de análise da noção de obediência, qual seja:

19 Abordarei aqui de forma sumária a análise de ‘obediência’. Mais detalhes podem ser encontrados na nota introdutória “O Texto ‘Obedience’ de Ernest Sosa” e no próprio texto “Obedience”, que a nota apresenta e comenta. A nota introdutória e o texto de Sosa serão publicados no próximo número da revista *Analytica*.

Y obedece a ordem de X se e somente se Y faz A [o conteúdo do comando] em j [uma dada conjunção espaço-temporal contextualmente razoável].

E virmos a subsequente invenção de um contraexemplo de plena feição gettieresca, chamado então a demolir essa segunda proposta de análise:

Considerem uma situação ficcional. O oficial encarregado da sessão de treinamento dirige-se a um estudante ao fundo da sala com a ordem: “Sr. Fulano, poderia fechar a porta, por favor?” Esse fulano, que sentira o vento frio vindo pela porta aberta, já estava indo, de todo modo, fechar a porta; além disso, por causa de uma infecção no ouvido, ele estava temporariamente surdo e, por isso, incapaz de escutar o oficial. (...) Aqui, o Sr. Fulano fecha a porta em j [uma conjunção espaço-temporal razoável], mas ele [a não ser por acaso] não obedece a ordem de que ele deva fechar a porta em j.²⁰

O modelo do problema de Gettier traz para a análise de ‘obediência’ a elaboração de cláusulas necessárias e suficientes e, em especial, o movimento de superação das formulações pela elaboração dirigida e conceitual de contraexemplos. Quando pensa o leitor ter chegado a um porto seguro, um contraexemplo abala os fundamentos de sua crença e a análise é desafiada a uma nova proposta.²¹ De todo modo, importa assinalar que o processo de elaboração de contraexemplos não é aleatório, não estando orientado pelo esforço de esgotar modalmente o baú dos possíveis. Ao contrário, movida por interesse conceitual, a análise é orientada, digamos, gramaticalmente. Como dissemos em “O texto ‘Obedience’ de Ernest Sosa”:

Há limites gramaticais (...) para considerarmos satisfeita/obedecida uma ordem. Dada uma ordem, ela não será satisfeita por uma ação que lhe seja anterior, para mencionar uma importante obviedade; tampouco por algo realizado muito depois da ordem enunciada; nem mesmo, acrescentaríamos, por algo realizado com uma demora, digamos, de pirraça, quando alguém, simulando obedecer, o faz contudo com lentidão tamanha que, na verdade, desafia a autoridade de quem ordena; nem enfim haverá obediência se a satisfação

20 SOSA, Ernest, *Directives*, p. 45.

21 Por sua feita, a análise da noção de ‘obediência’ enfatiza o componente gramatical da abordagem e prenuncia o deslocamento na análise do conhecimento. Neste caso, porém, o deslocamento não é feito em um único *paper*, mas sim ao longo da obra.

for não-voluntária, como no caso de uma criança forçada a engolir um remédio. Essas são observações internas ao comando, que, por assim dizer, espelha a satisfação que antecipa. Por outro lado, como no mencionado exemplo gettieresco e em tantos outros, mesmo estando estabelecida a devida conjunção espaço-temporal e a realização do conteúdo do comando, a satisfação pode se dar por acaso, não se dando autêntica obediência. Dessa forma, não haverá obediência, assim como não há conhecimento, caso se deem por acaso o cumprimento do ordenado ou a coincidência com o afigurado. A satisfação por si, como mero fato, descuida de relações conceituais. E, tomada como critério, seria o equivalente a julgar satisfeito o desejo de comer uma maçã pelo soco que nos fizesse cessar a fome, ou a julgar cumprida uma ordem por alguém ter feito simplesmente algo distinto do que fora ordenado, mas de nosso agrado.²²

Esse ponto é essencial, o avançar pela identificação de razões, a distinguir aquele traço da análise que chamaríamos de propriamente gramatical. Em uma verdadeira corrida de obstáculos conceituais, postos e repostos pelo filósofo, o roteiro da análise se inventa como uma espécie de jardim de caminhos que se bifurcam, sempre comportando esperança e, por vezes, alguma ingenuidade julgar que se chegou enfim à derradeira estação. De todo modo, em “Obedience”, após uma sucessão de contraexemplos, chegamos a uma proposta de análise, não refeita na obra posterior talvez pelo simples fato de esse texto ter permanecido por tanto tempo à sombra.

O resultado “final” daquela análise formula-se assim:

- (1) Y obedece a ordem de X para fazer A em j, se e somente se
- (2) Y esteve ciente em algum momento da ordem e a compreendeu;
- (3) Y faz A em j; e

o fato de X ter dado a ordem é ele próprio uma razão para Y fazer A em j.

22 Cf. a célebre crítica de Wittgenstein a Russell: “Wenn ich jemandem einen Befehl gebe und was er darauf tut mir Freude macht so hat er den Befehl ausgeführt. (Wenn ich eine Apfel essen wollte und mir einen Schlag auf den Magen versetzt so daß mir die Lust zu essen vergeht dann war es dieser Schlag den ich ursprünglich wünschte.)” WITTGENSTEIN, L., *Wiener Ausgabe*, 2, Viena, 1994, p. 197, MS 108, p. 290.

Ou:

Y obedece a ordem de X para fazer A em j, se e somente se

(1) Y faz A em j, e

(2) o fato de X tê-lo comandado é ele próprio uma razão para Y fazer A em j.

Mais uma estação na análise, portanto. Vale notar que, como se fixou, ela diminui bastante ou mesmo repele o componente da desiderabilidade, que, não obstante, estaria na base da associação típica do fato social, enquanto dimensão *sui generis* da experiência de uma consciência coletiva. Caso esta fosse considerada, poderia demandar-nos uma análise bastante distinta de uma lógica de comandos em hierarquias consolidadas, levando-nos para uma lógica de comandos em construções hierárquicas alimentadas por quem obedece.²³

À semelhança de muitos outros casos (como em relação a ‘conhecimento’), temos aqui uma opção originária, uma definição prévia, que a análise só irá consolidar. Obediência aqui não se satisfaz, por exemplo, segundo nosso modelo mais baiano de “cumprir uma obrigação”, que se dá em jogos de linguagem um pouco mais ricos. E, como nos ensinou outro filósofo, inventar um jogo de linguagem, é inventar também uma forma de vida, enquanto escolher uma acepção do conceito implica restringir os gestos permitidos por sua gramática. Por isso mesmo, o modelo evocado, a cujo encontro vai a definição resultante da análise, consolida a intuição de um São Bernardo, citado por Sosa: “Foi voluntária ou involuntariamente que você seguiu adiante? Se foi voluntariamente, então não foi por obediência”.²⁴

Mesmo se passageira, e comprometida que o esteja com um desenho filosófico questionável na origem, com decisões da alçada de uma gramática filosófica, a análise conceitual é eivada, como todas, de lógica e de empiria. E talvez esteja nesse ponto a força da análise filosófica. Sempre levando em conta os empregos correntes da linguagem, ela é dupla e reciprocamente orientada, tanto lógica quanto empiricamente. Assim, os exemplos não são aleatórios, mas formulados para desafiar classificações conceituais; tampouco as distinções conceituais podem

23 CF. DURKHEIM, Émile, *As regras do método sociológico*, São Paulo, Editora Nacional, 1987.

24 FREMANTLE, Anne, *The Age of Belief*, New York, The New American Library, 1955, p. 101, *apud* SOSA, Ernest, *Directives*, p. 46.

ser feitas sem levar em conta o campo de variação dos fenômenos que pode ser agarrado na linguagem. Esse procedimento foi empregado, portanto, por Sosa em sua análise de inferências práticas, no mesmo momento em que já procurava oferecer uma satisfatória (e, segundo acreditava, definitiva) resposta ao problema central da epistemologia.

6. A palavra chave é análise, que estamos situando a meio caminho entre a gramática filosófica e a epistemologia. Agora, análise da noção de ‘conhecimento de que’, por oposição a outras acepções. Trata-se de conhecimento proposicional — conhecimento por descrição, e não por familiaridade. Sosa é, então, um dos primeiros pesquisadores a dialogar com o texto de Edmund Gettier (publicado no número de junho de 1963, da revista *Analysis*), em seu texto “The Analysis of Knowledge that p”, publicado no número de outubro de 1964.

Antes de Sosa apresentar nesse *paper* sua “correta análise (recursiva) de conhecimento” (sem antever a longa corrida de obstáculos que mal se iniciava), apenas Michael Clark, ao que nos consta, fizera um comentário sobre o artigo de Gettier, no número de dezembro de 1963.²⁵ Por sinal, o comentário de Clark, então também um jovem pesquisador (hoje, professor emérito da Universidade de Nottingham), teve grande importância para os limites e virtudes da análise proposta então por Sosa, como veremos a seguir — o que, porém, jamais saberíamos, se nos ativéssemos à versão do artigo de Sosa recolhida em *Knowledge in Perspective*.

Como consideramos o trabalho de Sosa enquanto um *corpus* teórico, e não por suas contribuições tópicas aos mais diversos debates, consideramos igualmente formador e mesmo ele próprio filosófico o trabalho de recomposição, digamos assim, da história da obra, de suas cicatrizes, de seus confrontos, de suas transformações, e não apenas a apresentação (deveras importante e a mais essencial a ser retida) de seus argumentos mais recentes. Devemos poder ver a obra em construção e a obra feita, os passos efetivos e oportuna narrativa da reconstrução, por que o autor refez e recontou os passos de sua elaboração. Se esse trabalho de escavação tem sua importância (trabalho que não se volta a todo e qualquer terreno, pois nem todos eles têm valor arqueológico), vale registrar que o próprio Sosa, como qualquer autor, conspira contra ele.

25 CLARK, Michael, “Knowledge and Grounds: A comment on Mr. Gettier’s paper”, in *Analysis*, Vol. 24, No. 2, 1963, p. 46-48.

É preciso, porém, se o sabemos precioso, recompor um tal percurso, cujas marcas ele mesmo contribui para apagar. Boa parte do encobrimento resulta da pressão natural do debate, esse seu modo de estar à tona, sempre chamado a depor sobre questões alheias, sobre pautas externas, que sabe tornar suas. Por outro lado, o autor também encobre e reinventa sua história. Outra parte importante resulta, contudo, do próprio deslizamento entre as prévias exigências gramaticais e as resultantes respostas epistemológicas. Essas duas ordens de razão estão presentes aqui, e fazem Sosa, por não mais estar em seus propósitos, simplesmente apagar qualquer referência ao texto de Clark, que, entretanto, para a elaboração da versão original de 1964, chega a ser um contendor ainda mais direto que o próprio Gettier. E esse debate, parece-nos, toca em pontos essenciais e deixa, entre parênteses, marcas nítidas na versão de Sosa que desejamos agora reter e examinar.²⁶

Acolhendo (e pretendendo encerrar) o programa de investigação desencadeado por Gettier, Sosa apresenta, ao final do texto, sua análise “correta” do conhecimento, não circular, mas sim recursiva — cabendo lembrar que ‘básico’, sem eludir a dificuldade que anotaremos em seguida, encontra uma formulação técnica, normativa, mas filosoficamente quase neutra de “digno de crédito sem qualquer necessidade de fundamento”:²⁷

S sabe que p, se e somente se:

- (i) p é verdadeira;
- (ii) S acredita que p;

Segue até aqui a fórmula consagrada. Entretanto, acrescenta, entre parênteses, um divisor de águas, que implica uma classificação interna às categorias de conhecimento:

26 Neste texto, vamos nos concentrar na primeira análise proposta por Ernest Sosa, sugerindo a presença, já nesse primeiro momento em que se confronta com Gettier e também com a leitura de Michael Clark, de elementos que sugerem a introdução de uma cláusula relativa aos enunciados básicos. Em nosso trabalho *Conhecimento e Análise*, ora em elaboração, apresentamos as diversas e subsequentes análises propostas por Sosa até a mais consolidada e recente versão de sua epistemologia das virtudes, quando, a nosso ver, justifica-se com muito mais força a necessidade de inclusão de uma cláusula zero na análise. Nesse caso, no capítulo “A cláusula zero do conhecimento”, teceremos considerações extensas sobre a importância da cláusula zero e como, uma vez detalhadas suas implicações, pode ela ser decisiva para o debate entre confiabilistas e responsabilistas.

27 SOSA, Ernest, “The Analysis of ‘Knowledge that p’”, p. 7.

(Se p é “básica”, (i) e (ii) são ambas necessárias e suficientes para S saber que p . Se p é “não-básica”, (iii) também é necessária:)

Somente então acrescenta sua descrição, a mais extensa, dos procedimentos de justificação necessários e suficientes para caracterizar algum enunciado como ‘conhecimento’ e também para afastar qualquer indesejável contraexemplo:

(iii) S está objetivamente justificado em acreditar que p ; isto é,

(1) há um Ce_i , tal que: S sabe que os membros do Ce_i **são verdadeiros**, e que $Ce_i \rightarrow p$ ²⁸; no que nenhum dos e_i s é supérfluo ou sustenta $\sim p$ no contexto dos outros, e S não acredita de outra forma, estando mesmo justificado em acreditar em cada e_i ter força de evidência positiva para p , no contexto dos outros, a menos que sua crença não requeira justificação; e S tomaria qualquer Ce_i mais fraco como não sendo forte o suficiente no contexto de evidências infirmativas com que se poderia razoavelmente esperar contar;

(2) não há Cf_i

(a) que seja verdadeiro e que faça desacreditar p a ponto de que ‘ $Ce_i \rightarrow p$ ’, embora verdadeiro em um contexto neutro, não seria verdadeiro no contexto de Cf_i ; e

(b) cuja verdade de membros desse conjunto S esperaria poder razoavelmente ter descoberto ou, então, saber, juntamente com a verdade de (a);

(3) S não acredita haver qualquer Cf_i que satisfaça 2(a) e está justificado em não acreditar que haja, a menos que seu não acreditar nisso não requeira justificação; e

(4) se a crença de S de que p está substancialmente baseada no relato de que p , ou de que e_i , então quem relata sabe que p ou que e_i .²⁹

A definição ampliada tem suas razões. Com (iii.1), Sosa procura oferecer, de modo afirmativo, as condições detalhadas de uma justificação, ou seja, os casos normais em que diríamos

28 Leia-se: o conjunto de e_i fornece evidência suficientemente forte para p .

29 SOSA, Ernest, “The Analysis of ‘Knowledge that p ’”, p. 7-8.

estar justificados em acreditar em p. Já com (iii.2-4), Sosa parece pretender afastar os casos gettierescos de pretensa transmissão de evidência epistêmica de alguma falsidade (ou de alguma verdade falsamente fundamentada, como no contraexemplo aduzido por Clark) para uma proposição verdadeira. Tem assim a esperança de ter encontrado uma análise tal que, satisfeitas todas as cláusulas, não seria mais verossímil recusar que, nesse caso, S saiba/conheça que p.

Não examinarei em detalhes esta primeira proposta de análise, com os exemplos que cada item pretende absorver ou evitar. Entretanto, não podemos evitar agora um ponto: o significado da expressão entre parênteses, clara resposta a Clark, do ponto de vista de uma gramática filosófica. Não deixaremos de mencionar, ainda, a superação dessa análise otimista de 1964 no texto “Propositional Knowledge”, de 1969, bem como um novo espírito que passa a reger as sucessivas reelaborações, espírito com o qual será oportuno concluir.³⁰

7. Michael Clark sugere serem os dois exemplos de Gettier mais fortes que o necessário para provar seu ponto, qual seja, o de rejeitar que seja conhecimento uma proposição factualmente verdadeira aceita com base em fundamentos de fato falsos. Fundamentos, ademais, não necessitariam acarretar suas conclusões para serem bons fundamentos. E acrescenta dois contraexemplos. Um, para mostrar que não haveria conhecimento em ele acreditar, digamos, que Jones possui um Ford, caso esteja baseado em uma falha de memória contida no relato de seu amigo Brown, honesto e confiável, mesmo se, por acaso, nesse ínterim, Jones tiver comprado realmente um Ford. Outro contraexemplo, para mostrar que tampouco deveria ser aceita como conhecimento a crença em que Jones possui um Ford, se fundamentada na declaração mentirosa de Brown, que, nada sabendo de Jones, afirma ter ele um Ford, embora Jones, sim, em verdade, sempre possuísse um. Este último exemplo mostraria não bastar o acréscimo de uma cláusula de confiança subjetiva, de modo que:

30 Pretendíamos concluir esta aula com a antecipação de algumas razões para a inclusão do que temos chamado de cláusula zero da análise do ‘conhecimento de que p’ — cláusula que, nesse momento inicial, conquanto presente, mal se deixaria adivinhar, não fosse nossa visão de conjunto da obra. Concluiremos, porém, um pouco antes, talvez também para alívio geral. Em *Conhecimento e Análise*, pretendemos sim apresentar uma análise mais completa dessa primeira versão e das subsequentes até a versão mais consolidada que ora se encontra no centro de sua epistemologia das virtudes, bem como as implicações todas da cláusula zero, que se formula da forma mais óbvia e anódina: “(0) P é uma proposição”; mas cujas consequências nos parecem importantes, cabendo-nos a esse respeito o ônus da prova.

S sabe que P, se e somente se:

- (i) P é verdadeira,
- (ii) S acredita que P,
- (iii) S está justificado em acreditar que P, e
- (iv) é sobre fundamentos verdadeiros que S acredita que p.

Ao contrário, acredita Clark, não podendo a definição recuar à verdade dos fundamentos dos fundamentos, é antes na completude dos fundamentos que poderíamos nos amparar, com o que (influenciando a distinção de Sosa entre justificação subjetiva e objetiva) sugere ainda substituir a quarta cláusula por:

- (vi) a crença de S de que p é completamente fundada.

Cláusula que não tornaria dispensável a terceira, pois alguém poderia subjetivamente acreditar em todos os fundamentos, sem ver, por isso, que sejam bons fundamentos. Esse aspecto da resposta de Clark já influencia, como vimos, a análise de Sosa, em sua procura por uma justificativa objetiva. Entretanto, o efeito maior do texto incide no ponto inicial, em julgar que a análise de Gettier junta dois tipos de enunciados, a saber, os que necessitam e os que não necessitam de justificação para serem conhecimento — ponto que aparece assim em meio à análise, duplicando-a ou dividindo-a em duas: Se p é “básica”, (i) e (ii) são ambas necessárias e suficientes para S saber que p. Se p é “não-básica”, (iii) também é necessária.

A distinção está presente em Clark, que opta por excluir do escopo da definição aqueles “conhecimentos” que não podem ser infirmados e, por isso, não deveriam mesmo contar como conhecimento. O ponto é importante e Sosa o retém em sua divisão da análise, conquanto recuse, com razão, o critério de identificação elaborado por Clark, de que saber supõe ter sido descoberto, e descobrir é algo que pode falhar. Conhecimentos infalíveis não seriam conhecimento, sendo tolo, por exemplo, alguém indagar como descobrimos que estamos sentindo dores:

Se eu não posso (logicamente) estar errado, por exemplo, acerca de eu estar sentindo dor, então, alega-se, essa não seria propriamente uma questão de conhecimento. Afinal, conhecer supõe ter descoberto, e ter descoberto é algo em que se pode falhar.³¹

31 CLARK, Michael, “Knowledge and Grounds: A comment on Mr. Gettier’s paper”, p. 48.

Seria algo como não compreender o uso de expressões que, mencionando experiências, seriam todavia necessárias, ou seja, todo o conjunto de proposições que um Wittgenstein chamaria de gramaticais.

Entretanto, sendo relevante o ponto, Clark só afasta esses enunciados por eles fracassarem perante sua condição (iv)':

A necessidade de satisfazer a condição (iv)' em qualquer definição de conhecimento mostra que onde for inapropriada a questão "Como você descobriu isso?" também será inapropriado o termo "conhecer".³²

Por sua feita, ao descartar a relação entre conhecer e descobrir, Sosa inclui na categoria de possível conhecimento proposições que, no entanto, não poderiam ser falseadas. A diferentes soluções de Clark e de Sosa terminam por embaralhar modos distintos por que enunciados não chegam a ser conhecimento, pois não os separam em uma bifurcação inicial, mas sim apenas após o caminho desdobrar-se em falhas como "não atingir a verdade", "não estar bem justificado", "não resistir a outro conjuntos de enunciados falseadores", etc. No começo da jornada, porém, antes mesmo de se iniciar a busca de conhecimento, há um veio que leva àqueles enunciados que, parecendo proposições, tendo cheiro de proposições e nome de proposições, não são proposições; e, destarte, não poderiam sequer ser cogitados como conhecimento, pois não podem ser falsos, e isso de modos diversos. Não por não poderem ser descobertos, como queria Clark, mas por serem tautologias, por serem equações, por serem proposições básicas, por serem gramaticais, etc.

Sosa tem assim razão em descartar o critério aludido por Clark, que se baseia antes no histórico de uma proposição, no modo como chegamos a ela, e não em sua natureza ou lugar em nosso sistema de proposições. Em algum momento, descubro, dou-me conta de que o amarelo é mais claro que o azul, mas isso não é algo que, doravante, no interior de uma dada gramática, possa ser falseado. Posso até julgar que a proposição "Eu sei que eu existo", em um uso gramatical, tenha sido descoberta em algum momento. Ela não residiria oculta em nosso aparato mental, assim como, no meu caso, não residiria desde a origem a expressão bem mais fraca "Eu sei que eu sou João Carlos". Entretanto, uma vez enunciada, ela menciona a própria

condição da enunciação, sendo verdadeira desse 'eu' vazio que a enuncia em qualquer tempo e lugar, com qualquer nome que esse 'eu' porventura tenha. Diferentemente, configurariam conhecimento, no sentido de serem autênticas proposições e, logo, passíveis de verdade ou falsidade, "Eu sei que ele (ou ela) existe", "Ele (ou ela) sabe que eu existo" ou ainda "Ele (ou ela) sabe que ele (ou ela) existe".

A resposta epistemológica parece, portanto, supor uma opção prévia, de gramática filosófica, sobre o que seja conhecimento. No caso, uma decisão de lógica filosófica parece antecipar-se à própria definição, como se o núcleo da epistemologia só pudesse ser estabelecido à luz de opções de gramática filosófica. Não é o caminho então trilhado por Sosa, embora essa questão tenha plena influência na estrutura mesma de sua definição, demarcando-lhe o escopo, ao se estabelecer a distinção entre proposições básicas e não-básicas.

Tendo razão em não acolher o critério de Clark, que associa conhecimento a descoberta, Sosa incorpora à definição uma clivagem incontornável, ao propor uma definição com duas cláusulas para as proposições básicas e outra com três, para as não-básicas.³³ Com isso, entre outras coisas, termina por definir como conhecimento o que julgaríamos, na tradição do *Tractatus*, escapar ao campo das proposições significativas, encerrando-se no campo das proposições degenerados que tendem exclusivamente à verdade. Ou ainda, mesmo na perspectiva de *Sobre a Certeza*, quando o estatuto gramatical não é mais universal e pode variar, situar-se-ia o conhecimento entre as proposições gramaticais, constitutivas do solo de lógica, ele mesmo variável, a depender do uso, digamos, mas que sempre possibilita o fluxo da empiria. Causa-nos, assim, um certo desconforto, a ser examinado em outro momento, imaginar que estejam em linha de conta dessa forma, sendo a cláusula (iii) de Sosa, com a complexidade de sua formulação, apenas um antídoto aos contraexemplos, um modo de detalhar uma justificação que impediria, ao fim e ao cabo, que uma crença verdadeira possa estar justificada com fundamentos falsos, estando bem longe de uma definição que sonhara então já ser a correta e definitiva.

33 SOSA, Ernest, "The Analysis of 'Knowledge that p'", p. 7. A reconstrução em 1991 diminui o sentido completo dessa opção, ocultando parte do debate presente na elaboração inicial da análise. No caso, apaga sua oposição às posições de Clark, que remetiam as decisões futuras de análise do conhecimento a uma decisão prévia sobre a natureza das proposições necessárias, se podem ou não ser conhecimento. Não nos parece que a definição mais neutra de proposições básicas, fundamentais em uma definição recursiva e não circular, seja suficiente para retirar as implicações, digamos, mais filosóficas do debate, para além da solidez técnica da análise proposta.

Com efeito, já em 1969, em seu artigo “Propositional Knowledge”, Sosa renuncia à complexa (e por demais otimista) análise elaborada em 1964, sobretudo por perceber uma limitação em uma análise recursiva. Afinal, uma definição de um conjunto que torne uma proposição completamente evidente não pode excluir a possibilidade de que tal conjunto seja infinito e, logo, de não precisarmos nos comprometer com a noção de proposições básicas ou com a de que todo conhecimento, sendo carente de justificação, precise ter o que costumamos chamar de fundamento. Por isso, em 1969, nesse mesmo texto, Sosa adianta uma nova análise:

S sabe que p, se e somente se

- (i) p é verdadeira;
- (ii) S acredita que p;
- (iii) p é evidente para S; e
- (iv) há um conjunto de proposições verdadeiras que
 - (a) torna p totalmente evidente para S, e
 - (b) não inclui subconjunto algum epistemicamente falseador em relação a S e p.³⁴

Esta nova análise, com a inclusão da quarta cláusula, visa a garantir que a inferência não se assente em uma falsidade, pois esta garantiria a dedutibilidade material da inferência, mas infringiria uma simples regra epistêmica, a de que a transferência da evidência anda de par com a transferência da verdade. Ela deve, porém, haver-se logo com exemplos e contraexemplos, como na suposição de uma lembrança disjuntiva (a de ter visto algo marrom ou algo preto), em que a verdade originária pode conter um subconjunto falseador. Por isso, Sosa precisa modificar a cláusula (iv), que passa (provisoriamente, é claro), a ser redigida assim:

- (iv) há um conjunto de proposições epistêmicas verdadeiras:
 - (a) que torna p totalmente evidente para S,
 - (b) que não inclui subconjunto algum epistemicamente falseador em relação a S e p,

(c) tal que a verdade da conjunção dos objetos de seus membros é, nesse contexto, uma condição causal suficiente para p.³⁵

Visando (c) aqui, em decorrência do diálogo com Alvin Goldman,³⁶ a corrigir outro problema (este talvez ineludível), pois no fundo equivalente ao que afeta os argumentos por analogia, quando estes enfrentam a dificuldade de selecionar, entre os semelhantes, aspectos relevantes para a força da conclusão do argumento, com o que, de modo circular, o pensamento por analogia precisa supor o conhecimento do nexos que, entretanto, deveria dar a conhecer. Dificuldades que, mais maduro, Sosa não pretende descartar com rapidez.

Em movimento típico, portanto, semelhante agora ao que realizara inteiro no texto “Obedience”, dá início a uma jornada de revisões, sendo cada qual menos otimista, mas sim, razoavelmente, cada vez mais esperançosa, até culminar na análise própria de sua singular versão da epistemologia das virtudes:

Em vista disso tudo — afirma Sosa, em 1969 —, não tenho escolha senão concluir com esperança adiada. Eu realmente quero dizer adiada, e não perdida, dado parecer-me plausível que uma condição causal mais ou menos complexa é o que nos falta em nossa explicação do conhecimento proposicional.³⁷

A corrida de obstáculos que “Obedience” encenara em um único texto tem um correlato, nas análises do conhecimento, com a nota distinta de essa estender-se por várias décadas. O acompanhamento dessas versões, uma a uma, é algo que estamos concluindo em nosso trabalho *Conhecimento e Análise*. De todo modo, o mecanismo interno dessa *démarche* (e há aqui uma autêntica *démarche*) conjugando técnicas de gramática filosófica e interesse epistemológico, faz a obra desdobrar-se em exercício o mais rigoroso, com cuja descrição sumária encerro.

Concluída ou não a tarefa da análise, a obra inteira, no que se refere ao conhecimento, desenha um estilo, acrescenta posições singulares e contribuições as mais significativas, ao tempo que narra, ao longo de décadas,

35 SOSA, Ernest, “Propositional Knowledge”, p. 40-41.

36 GOLDMAN, Alvin, “A causal theory of knowing”, *Journal of Philosophy*, 64, 1967, p. 357-372.

37 SOSA, Ernest, “Propositional Knowledge”, p. 42.

uma emocionante corrida analítica de obstáculos, impulsionada pela invenção de exemplos e contraexemplos, com a meta bem determinada de uma análise exaustiva das condições suficientes e necessárias para um conceito e a orientação dupla tanto de nunca exagerar com as analogias a ponto de afastar-se da linguagem ordinária, quanto também de sempre horrorizar-se com as ambiguidades, essas apenas imperdoáveis da perspectiva de uma investigação lógico-filosófica.³⁸

ABSTRACT

The text brings together and interprets two analyses carried out in 1964 by Ernest Sosa: one relative to the notion of 'obedience' (in a previously hard to find text, now published by this Journal) and the other on the notion of 'knowledge that p' (a paper included, in a shortened version, in Sosa's Knowledge in Perspective). In both cases, we see the clear influence of the Gettier's problem on Sosa's reasoning. The key word here is 'analysis', by means of which, along with other devices, we can recognize the relevance and singularity of Sosa's reflections amongst contemporary analytic philosophers, not least by taking it as a theoretical corpus, as a body of work then lending itself to examination, both for its more recent positions and for its history and démarche.

Key-words: *Sosa, epistemology, Gettier's problem.*

RESUMO

O texto aproxima e interpreta duas análises realizadas, em 1964, por Ernest Sosa: uma relativa à noção de 'obediência' (em texto antes de difícil acesso e agora publicado nesta Revista) e outra à noção de 'conhecimento de que p' (em texto recolhido por Sosa em seu livro Knowledge in perspective, mas em versão parcial). Em ambos os casos, vemos a clara influência do problema de Gettier para a reflexão de Sosa. A palavra chave aqui é 'análise', por meio da qual, entre outros recursos, podemos reconhecer a relevância e a singularidade da reflexão de Sosa entre os filósofos analíticos contemporâneos, inclusive ao tomá-la como um corpus teórico, como uma obra, passível então de exame, tanto por suas posições mais atuais, quanto por sua história e démarche.

Palavras-chave: *Sosa, epistemologia, problema de Gettier.*

Recebido em abril de 2017
Aprovado em maio de 2017